

INFORMATIVO ESPECIAL SEMINÁRIO NACIONAL HU's
outubro de 2007

Em defesa dos Hospitais Universitários vinculados às Universidades – Contra a Fundação Estatal.

A luta histórica da Categoria de técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino é por um Estado forte e indutor do desenvolvimento em todas as áreas, através de execução de políticas públicas. É nosso entendimento de que todos os serviços públicos são típicos de Estado e que, especificamente, educação, saúde, previdência e assistência social são áreas onde o Estado deve reclamar para si a oferta dos serviços por se tratar de direitos básicos, universais e garantidos na constituição. A atuação e intervenção forte do Estado nestas áreas é o que garante, minimamente, a construção de um Estado Democrático.

Nas universidades, a discussão sobre o novo modelo de administração através de contrato de gestão se iniciou na gestão de FHC, através do Ministro Bresser Pereira. A comunidade universitária reagiu contra o modelo neoliberal de Emprego Público, Organizações Sociais e os Contratos de Gestão, seja para as universidades, seja para os hospitais universitários. A aplicação deste receituário decretaria a implantação da lógica da iniciativa privada e do conceito de área "socialmente competitiva", que deveria deixar de ter intervenção do Estado e ser entregue à iniciativa privada. Para pressionar as direções dos HU's e Universidades a política adotada foi do sucateamento, com redução no envio de recursos, somados a política geral de precarização das relações de trabalho.

Neste sentido, a luta pela ampliação de recursos para os HU's e pela abertura de concursos públicos que garantissem o fim da terceirização, bem como a garantia da expansão do quadro para dar conta do aumento da demanda, levou a Federação e suas Entidades de Base a construção de diversas campanhas, ações de reivindicação e de articulação institucional para a obtenção dos recursos orçamentários e de ampliação do quadro de pessoal.

Os Hospitais Universitários, progressivamente, conta com menos recursos do orçamento das universidades. Para dar vazão ao aumento de demanda dos usuários da rede SUS, os HU's passaram-se a utilizar das verbas do SUS, que deveriam ser para melhoria tecnológica, manutenção e infra-estrutura, desta forma garantindo mais qualidade aos serviços ofertados à população, comprometendo-a com o pagamento de pessoal contratado por fundações de apoio, causando uma grande invasão de terceirizados e outras relações de trabalho precarizados no seu quadro de pessoal. Situação esta que o Governo pretende, agora, legalizar através do PLP 92/2007 que cria as Fundações Estatais de Direito Privado, no âmbito do serviço público, inclusive para os hospitais.

Atualmente, os hospitais universitários refletem em maior ou menor grau a crise instalada nos serviços de saúde pública no Brasil. Não é por acaso que, na medida em que a rede do SUS dá sinais de esgotamento, os hospitais universitários sofrem ampliação exponencial da demanda de usuários, tanto nos serviços especializados quanto na atenção básica que falta nos postos de saúde.

O surgimento do debate, no âmbito do Ministério do Planejamento, sobre Fundação Estatal, enquanto alternativa e instrumento de gestão, para várias áreas de Estado, recoloca no centro das discussões o conceito e concepção de modelo de Estado, sua área de intervenção, o que é função típica de Estado e qual a relação do mesmo com os servidores públicos.

A criação da Fundação Estatal de direito privado traduz no seu cerne conceitos neoliberais de gestão que combatemos e não condiz com um modelo de Estado que tenha por pressuposto o controle das políticas públicas. Cabe mais uma vez, aos trabalhadores, a resistência e a provocação, junto ao governo, do debate necessário sobre modelo e concepção de Estado, papel dos Servidores Públicos e da sua relação com o Estado.

A proposta de transformação dos HU's em Fundação Estatal de direito privado, ocorre sem a participação de representações das entidades sindicais e dos usuários, que ao longo das ultimas décadas travaram uma árdua luta pela manutenção dos mesmos, seja pela abertura de novos concursos públicos, seja por mais recursos orçamentários.

Reafirmamos que a origem do problema dos hospitais universitários não está no modelo de gestão e sim na falta de uma política permanente de repasse de recursos para a manutenção dos mesmos e na ausência de investimentos para a ampliação do quadro de pessoal permanente. Esta política é a base da política de contingenciamento de investimentos para o setor público.

O modelo de Hospital Universitário deve garantir a manutenção do tripé ensino, pesquisa e extensão, vinculada à assistência integrada na rede SUS. Entendemos que o Hospital Universitário deve ofertar à população serviços públicos de qualidade, enquanto cumpre o seu papel de formação de pessoal para atuação na área da saúde e construção de conhecimentos, em linhas de pesquisa que avancem na busca de soluções para as questões da saúde desde a atenção básica até os serviços mais especializados.

Articulados a extensão, ao ensino, a pesquisa e a assistência, por dentro do hospital universitário, construímos uma intervenção de qualidade e de referencia na rede SUS, na defesa da saúde com qualidade social como dever do Estado e direito de todos.

A garantia deste perfil significa a manutenção do atendimento e dos serviços ofertados ao público, de forma gratuita e isonômica. No entanto, isto também significa a rejeição de qualquer forma de desvinculação dos HU's das universidades ou da sua transformação em qualquer ente jurídico diferente do atual.

Não abrirão mão da defesa dos serviços públicos de qualidade, pautada por uma política de Estado forte que não transfira para o setor privado o seu papel de garantir, plenamente, os direitos à cidadania para todos (as).

Construiremos a luta em defesa dos HU's e contra a implantação das fundações estatais como alternativa de gestão para os mesmos, por entendermos que esta opção compromete o princípio e missão acadêmica e social dos Hospitais Universitários. Ratificamos a nossa posição congressual contra Fundações, independentemente, do formato que tomem e defendemos a ampliação dos recursos orçamentários e reabertura imediata dos concursos públicos para o conjunto do setor público, bem como para os HU's e todos os outros ambientes organizacionais que existem nas universidades.

Temos a compreensão de que o debate acerca dos HU's, não deve se restringir apenas à questão do financiamento e gestão, não menos importante é o debate acerca do papel, missão e atuação dos HU's.

Somente com a manutenção dos HU's vinculados as IFES, enquanto uma unidade acadêmica poder-se-á dar continuidade ao processo de desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e assistência com a qualidade e eficácia necessária para o bom atendimento da população e interesse do Estado.